



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO DE PETICIONÁRIOS PETIÇÃO N.º 612/XIII/4.ª

XIV LEGISLATURA 1.ª Sessão Legislativa

Dia: [10 de março de 2020](#)

Hora: 21.00

Sala: Pavilhão Multiusos de Odivelas

Peticionantes:

Margarida Quintela

Assunto: Contra o fim da atual linha amarela do metro de Lisboa.

Deputados presentes: Carlos Silva (PSD), relator, Ricardo Leão (PS), Isabel Pires (BE), Sandra Pereira (PSD), Filipa Roseta (PSD), Lina Lopes (PSD), Duarte Alves (PCP), Bruno Dias (PCP), João Gonçalves Pereira (CDS), Inês de Sousa Real (PAN) e Cristina Rodrigues (PAN).

Preocupações expressas:

Iniciada a audiência, o representante do movimento de cidadãos contra o fim da linha amarela fez a sua [apresentação](#), contestando os planos do Governo de alteração das linhas amarela e verde do Metropolitano de Lisboa, criticando os objetivos de encurtamento da atual linha amarela e da criação de uma linha verde circular. Alertou para os riscos associados a este plano, nomeadamente, a circulação de grandes massas de passageiros entre plataformas e a paragem total do metropolitano na eventualidade de uma avaria na referida linha circular. Este cenário, a concretizar-se, levará à perda de passageiros, pelo metro, os quais darão preferência à utilização de meios de transporte



próprios. O que, por sua vez, aumentará o tráfego automóvel e a sinistralidade rodoviária.

O Senhor Deputado Ricardo Leão (PS), cumprimentou os peticionários e afirmou ser da opinião de que a expansão do metro deveria ocorrer para Loures. Mencionou que já ocorreram outras audições de peticionários sobre mesma matéria e que também já questionara o Governo sobre este assunto.

A Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD) saudou os peticionários e contestou a decisão do Governo, tomada à revelia do poder local. Informou que o GP PSD solicitou repetidamente a suspensão do plano, mencionando que as vantagens virtuais do mesmo não compensam os gastos, sendo que irá aumentar exponencialmente os tempos de esperas e o tempo de percurso.

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE), cumprimentou os peticionários e mencionou que o referido projeto da linha circular não serve o interesse público, sendo especialmente desvantajoso a nível local. Informou que a posição do GP BE é a de suspensão do projeto, considerando também que o investimento associado a este plano é demasiado dispendioso.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), saudou os peticionários e evidenciou a negligência que existiu relativamente a investimentos realizados por anteriores governos, mas que os mesmos não desoneram o atual governo de responsabilidade. Destacou os prejuízos associados ao projeto e que em termos de estratégia política orçamental era desastroso.

O Senhor Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP), cumprimentou os peticionários, mencionando que a *ratio* da decisão deverá ser analisada. Informou ser contra o fim da linha amarela, evidenciando a soberania da decisão da Assembleia da República.

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN), saudou os peticionários alertando para a necessidade de existir um pensamento à escala metropolitana. Alertou ainda para os riscos associados a esta expansão, quer os apontados por estudos ambientais, quer os



respeitantes a avarias e colisões, considerando ainda as questões de acessibilidade drásticas, nomeadamente quanto ao transbordo que terá de ser feito, para se ter acesso à linha amarela, o que terá um efeito dissuasor. Salientou, por fim, que as decisões devem ter base democrática e que os fundos europeus podem ser investidos noutras matérias.

Dada a palavra aos peticionários, interveio o Senhor Eng. Fernando Santos e Silva, o qual alertou para o fato de as linhas circulares apresentarem maiores riscos de avaria e de colisões, para além de, tecnicamente, serem mais difíceis de concretizar, concluindo que os riscos associados a um projeto desta natureza não são justificáveis.

O Senhor Eng. Henrique Neto, referiu que esta situação irá prejudicar o trânsito e sobrecarregar o Cais do Sodré, afirmando que o Governo não tem legitimidade para discordar de uma decisão tomada pela Assembleia da República.

A Senhora Rita Sá Rego, manifestou-se contra este projeto, alertando para o seu impacto ambiental, afirmando que a prioridade deveria ser o acesso direto a Lisboa e defendendo, por fim, a expansão da linha para Loures.

O Senhor Manuel Silva (Associação de Moradores de Telheiras), expressou a sua solidariedade com este movimento, mencionando que a linha circular é prejudicial, também, para os moradores de Telheiras e do Lumiar, criando dois patamares em Lisboa ou uma Lisboa a duas velocidades. Acrescentou ainda que será desastrosa a nível ambiental e, portanto, inviável.

O Senhor Rui Francisco (vereador de Odivelas), afirmou que a suspensão do projeto da linha circular amarela foi fundamental e que a população de Odivelas está preocupada com acesso direto a Lisboa.

O Senhor Pedro Quintela, alertou para o inconveniente de ter de deixar de utilizar metro e de voltar a utilizar transporte privado.



O Senhor João Carvalho (Assembleia Municipal de Odivelas), afirmou que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) terá de ser repetido para legitimar o projeto e que o aumento de carruagens terá influência na carga ambiental, algo que não foi tido em consideração no EIA.

O Senhor Ferreira, declarou ser contra qualquer linha circular, especialmente tendo em consideração a própria morfologia da cidade de Lisboa. Referiu que em Odivelas a situação já é, por si, caótica e que a expansão da linha para Loures e a linha circular amarela são mutuamente exclusivas, pelo que a única forma de resolver o problema é decidir claramente entre uma das duas opções.

O Senhor Alexandre Oliveira, alertou para o fato de Lisboa se estar a transformar numa cidade periférica e desertificada, pelas dificuldades que estão a ser criadas no seu acesso direto.

O Senhor Francisco Bartolomeu, por sua vez, mencionou que a profundidade da estação é também preocupante, para além do problema ambiental que lhe está associado. Referindo ainda que a situação de Odivelas não está isolada da questão de Loures.

O Senhor Miguel Morgado Alves (funcionário do metropolitano de Lisboa), garantiu que para os próprios maquinistas do metro será confuso operar numa linha circular, posicionando-se contra o corte da linha amarela.

O Senhor Luis Santos (Assembleia Municipal de Odivelas), alegou que a concretização do Projeto representará uma regressão, fechando a rede sobre si mesma.

O Senhor Sérgio Loureiro, antecipou que esta medida levará à desertificação de Lisboa, pelo afastamento das populações para a periferia.

O Senhor Vítor Peixoto, afirmou que as decisões que afetam Odivelas deveriam ser decididas a nível local e não monopolizadas por Lisboa, referindo que se trata de um Projeto desastroso, que trará prejuízos e insegurança aos habitantes de Odivelas.



O Senhor João Pedro Galhofo, sublinhou a prevalência da decisão da Assembleia da República sobre outros órgãos de soberania, questionando-se sobre as garantias de transformar uma decisão temporária em definitiva.

O Senhor Mário Pina (vereador PSD), alertou para os problemas relacionados com as acessibilidades, afirmando que a solução não serve os odivelenses.

O Senhor Diogo Moura, alertou para a falta de planeamento metropolitano, afirmando que os prejuízos associados a este Projeto não serão sentidos meramente em Odivelas, mas também em Lisboa, especialmente considerando os parques colocados a nível periférico. Por fim, referiu que a linha circular, tecnicamente, é um erro.

O Senhor Pedro Cassiano Neves (Movimento Fórum Cidadania Lisboa) corroborou o já mencionado quanto à linha circular, acrescentando à discussão que a Lapa também será afetada por esta decisão, fazendo ainda referência aos problemas que surgirão a nível ambiental e patrimonial.

O Senhor Nelson Silva, por sua vez, referiu-se às opções de investimento plano de mobilidade integrada.

A Senhora Anabela Estevão (Comissão de Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa), fez referência à existência de um parecer, sobre este assunto, emitido pela comissão que integra, mencionando ser a favor de expansão da linha e contra a sua transformação numa linha circular.

Iniciadas as intervenções finais, informou o Senhor Deputado Ricardo Leão (PS) que a petição seria ainda sujeita a apreciação parlamentar.

A Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD), alegou que a expansão para Loures não se coloca do ponto de vista de Odivelas, sendo uma medida de consenso político.



A Senhora Deputada Isabel Pires (BE), referiu, por sua vez, que a linha circular obsta à opção futura por linhas de expansão, afirmando que a Assembleia da República é soberana nesta questão.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), comunicou que o concurso para a linha circular estaria a ser novamente lançado pelo Governo.

O Senhor Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP), referiu que esta matéria justificava um referendo, apelando à agilização de referendos locais, pela sua legitimidade representativa.

A Senhora Deputada Inês Sousa Real (PAN) informou que esta matéria será objeto de acompanhamento até que se realize a sua discussão plenária.

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD), finalizou as intervenções finais, agradecendo a comparência, participação e contribuição dos presentes para o debate desta matéria, informando que a petição seguirá os seus trâmites até à sua apreciação plenária.

Palácio de São Bento, em 11 de março de 2020

A Assessora da Comissão

(Cátia Duarte)